



## “IMPOSTOS MÁXIMOS E SERVIÇOS MÍNIMOS. É ISTO O SOCIALISMO”

Perante milhares de simpatizantes e apoiantes, na Festa do Chão da Lagoa do PSD/Madeira, que decorreu no domingo, nas montanhas sobranceiras ao Funchal, Luís Montenegro acusou António Costa e o PS de serem “responsáveis” pelo empobrecimento de Portugal e pelo estado preocupante dos serviços públicos, não obstante o Estado arrecadar cada vez mais impostos



pág. 6

#### PSD

### GOVERNO MOSTRA “INSENSIBILIDADE” NAS QUESTÕES DE SEGURANÇA

Em conferência de imprensa por causa da suspensão no funcionamento de esquadras da PSP, o vice-Presidente do PSD, Paulo Cunha, acusou o Governo de “falta de humildade” e “insensibilidade” quando se fala de segurança



pág. 10

#### LOCAIS

### NOVA ESQUADRA DA PSP NO MONTIJO ESTÁ AINDA NO PAPEL

O PSD do Montijo lembra que há “mais de uma década que se promete a construção de uma nova esquadra para a PSP no Montijo”, promessa não concretizada com a cumplicidade da Câmara Municipal



pág. 12

#### REGIONAIS

### PSD/MADEIRA QUER VENCER O SOCIALISMO EM 2023

Miguel Albuquerque, líder do PSD/Madeira, declarou que o desafio do próximo ano é “vencer o socialismo” de Lisboa, perspetivando que o partido vai voltar a ganhar as eleições nacionais e regionais

LUÍS MONTENEGRO NA FESTA DO CHÃO DA LAGOA

# “IMPOSTOS MÁXIMOS E SERVIÇOS MÍNIMOS. É ISTO O SOCIALISMO”



Luís Montenegro considera que Portugal “está mal” e “cada vez mais pobre”, porque o socialismo traz “pobreza e dificuldades”. “Nos últimos 27 anos, o Partido Socialista governou 20. (...) Sete anos com António Guterres e António Costa, o que tivemos? Um pântano. A seguir, sete anos com José Sócrates e com António Costa, e o que é que nós tivemos? A bancarrota. E agora, sete anos de António Costa, sete anos e o que temos? Um país mais pobre, um país com as pessoas a amontoarem-se à porta dos hospitais, com escolas com alunos que chegam ao fim do ano sem terem professores em algumas disciplinas, com a nossa economia a ser ultrapassada por todas as economias europeias”, afirmou.

Luís Montenegro falava no comício da Festa do PSD/Madeira, que decorreu no domingo, 24 de julho de 2022, na Herdade do Chão da Lagoa, nas montanhas sobranceiras ao Funchal, onde acusou António Costa e o Partido Socialista de serem “responsáveis” pelo empobrecimento de Portugal. “Impostos máximos e serviços mínimos. (...) É isto o socialismo”, expressou.

O Presidente do PSD lembra que, numa “altura em que os portugueses, as famílias, as empresas dão mais recursos ao Estado, para o Estado cuidar da vida das pessoas, recebem em troca os piores serviços públicos, desde que há democracia em Portugal”.

Luís Montenegro voltou a exortar o Governo para devolver aos portugueses aquilo que está a “arrecadar”



através dos impostos. “É imoral quando as pessoas não têm dinheiro para pagar aquilo que é básico e o Governo esteja a meter o dinheiro das pessoas no bolso e nos cofres do Estado”, apontou, realçando que em Portugal “nunca se pagaram tantos impostos como agora”.

O líder do PSD sublinha que “não vale a pena atirar areia para os olhos das pessoas” face à situação do país e apelou à mobilização dos militantes para “construir com paciência um governo competente para Portugal” e para dar ao PS uma “temporada muito grande na oposição”: “Vamos juntar-nos, vamos unir-nos, vamos estar junto do povo, vamos falar daquilo que interessa às pessoas, vamos dizer ao Governo que está a ganhar dinheiro com o aumento dos preços em Portugal e não está a saber estar ao lado daqueles que não têm dinheiro para pagar as contas no final do mês. Vamos dizer que hoje a alimentação está mais cara, hoje a energia está mais cara, hoje o gás está mais caro, hoje os combustíveis estão mais caros, mas o Governo está a arrecadar mais receita”.

Luís Montenegro garantiu apoio do PSD no aprofundamento do sistema autonómico, nomeadamente através da revisão da Lei das Finanças Regionais e no reforço do Centro Internacional de Negócios.

“Os socialistas fizeram tudo para prejudicar a Madeira. Na Madeira, não entra o socialismo. Na Madeira, a social-democracia estará à frente de todas as ideologias. (...) Vamos construir com paciência um governo para Portugal, dar a Portugal o que a Madeira já tem”, referiu.

Antes, à chegada à Herdade do Chão da Lagoa, Luís Montenegro falou sobre o aeroporto de Lisboa, criticando o Governo, por adiar uma obra que, em sete anos, “o Partido Socialista não conseguiu colocar no terreno”, mas que “nos últimos tempos tem sido alvo de uma tentativa de encostar a responsabilidade de decidir para o PSD”.

“Eu quero ser muito claro: o PSD é um partido responsável, é um partido que entende que estas obras estratégicas, estruturantes, devem merecer um consenso tão alargado quanto possível, mas não vamos inverter os papéis”, assinalou.

Luís Montenegro reafirmou que o PSD vai procurar dar todas as contribuições sérias para que se encontre uma solução aeroportuária “para as próximas décadas”, mas insistiu em que a responsabilidade pela atual situação é do Governo socialista, liderado por António Costa. “Repito: só há hoje uma questão em aberto para decidir porque houve uma incompetência enorme do Governo nos últimos sete anos”, declarou.



LUÍS MONTENEGRO EM ENTREVISTA À CNN PORTUGAL

# “GOVERNO ESTÁ A GANHAR DINHEIRO COM A INFLAÇÃO”



Luís Montenegro acusa o Governo de “grande insensibilidade social” e “imoralidade” por estar “a ganhar muito dinheiro com a crise inflacionista”, e a penalizar a vida dos portugueses, particularmente das famílias com rendimentos mais baixos.

Em entrevista à CNN, dia 19, o líder do PSD diz que “o Governo está a arrecadar três vezes mais do que aquilo que era espetável de impostos”.

Luís Montenegro defende que o Governo deve devolver às famílias mais expostas à crise dos preços o excedente orçamental na arrecadação de impostos, o que corresponde entre 3.500 e 7.000 milhões de euros. “A grande responsabilidade do Estado é aproveitar este excedente e fazer, no fundo, o retorno à sociedade para ajudar aqueles que mais precisam”, apontou.

Em vez de o Executivo ignorar as famílias mais vulneráveis, atribuindo 60 euros, em duas prestações, a “1 milhão e 70 mil agregados familiares”, com um custo para o Estado na ordem dos 64,2 milhões de euros, Luís Montenegro preconiza, em concreto, um apoio de, pelo menos 60 euros por mês, até final do ano às famílias mais expostas aos preços, uma medida que teria um custo de “cerca 500 milhões de euros”.

“O Primeiro-Ministro, além de não estar a utilizar este excedente orçamental, e de estar a ter uma conduta social e politicamente imoral (...) ainda vende a ilusão aos pensionistas de que para o ano é que vai ser, porque vão ter um aumento significativo das pensões, mas que decorre da lei”, criticou.

Luís Montenegro acusa o Primeiro-Ministro de andar “a brincar com a governação” e assegura que o PSD “não vai dar descanso” ao Governo.

O Presidente do PSD critica o Governo por procurar desresponsabilizar-se na calamidade dos incêndios e na decisão sobre o aeroporto de Lisboa. “Tenho dificuldade em ouvir um Primeiro-Ministro que está constantemente a culpar os outros”, apontou.

Luís Montenegro lembra que o PSD não foi “mandatado para governar”, mas “para escrutinar o Governo”, por isso, não dará tréguas a um Primeiro-ministro que recorre a “manobras de distração”, como o Conselho de Ministros extraordinário realizado “à pressa” na terça-feira à noite. “Até parece que ia acontecer qualquer coisa de muito relevante e afinal eram duas medidas que podiam ser tomadas na reunião semanal de quinta-feira, só porque amanhã [quarta-feira] há debate do Estado da Nação e era preciso marcar a agenda”, assinalou.

Sobre a solução aeroportuária para a região de Lisboa, Luís Montenegro reiterou que irá transmitir em primeira mão ao Governo a posição do PSD.

Em matéria de incêndios, Luís Montenegro recordou que foi com um Executivo do PS liderado pelo mesmo Primeiro-Ministro que Portugal registou “o maior episódio em termos de perda de vidas humanas em 2017”. “Esta marca está no percurso destes sete anos e devia ter sido um ponto de viragem na prevenção, na política florestal”, disse.

Para o Presidente do PSD, outra matéria em que o Governo age com ligeireza é na descentralização. “Havia alguma pressa para ir subscrever o acordo da Associação Nacional de Municípios com o Governo, quando se anda há três anos a tentar alcançar esse acordo mínimo? O senhor Primeiro-Ministro anda a brincar com a governação”, destacou Luís Montenegro, aludindo às contradições, desautorizações e trapalhadas registadas entre António Costa e o ministro das Infraestruturas quanto ao futuro aeroporto.

Luís Montenegro frisou que “está focado em dar uma alternativa política ao país, que possa ser geradora de uma maior capacidade de criar riqueza, com mais oportunidades para os cidadãos, mais empregos, e para termos prestações sociais para quem mais precisa”.

# ANTÓNIO COSTA FAZ “FOLCLORE POLÍTICO”



No final do debate do Estado da Nação, esta quarta-feira, Luís Montenegro criticou o Primeiro-Ministro por insistir no “folclore político habitual” que é característico de António Costa, em vez de responder às necessidades prementes dos portugueses.

O Presidente do PSD saudou as intervenções dos deputados do grupo parlamentar social-democrata, que se “centraram no conteúdo” e mostrou “honra” pela obra de Pedro Passos Coelho, que tirou Portugal da bancarrota socialista. “Se o que se pretende é olhar para trás, vou dizer mais uma vez que tenho uma grande honra e um grande orgulho em ter estado ao lado de Pedro Passos Coelho e tirado a ‘troika’ de Portugal. Exorto o dr. António Costa a dizer se tem o mesmo orgulho e a mesma honra de ter estado ao lado de José Sócrates, que trouxe a bancarrota e a ‘troika’, e a António Guterres que deixou o país num pântano”, precisou.

Luís Montenegro lembra que o Governo continua sem responder ao desafio do PSD, de devolver aos cidadãos os impostos que o Estado está a arrecadar a mais com a subida da inflação. “Senhor Primeiro-Ministro, o Governo de Portugal está ou não disponível para desse valor, que nunca será inferior a 3 mil milhões de euros, devolver 300, 400, 500 milhões de euros, às famílias mais vulneráveis, aos pensionistas que ganham poucas centenas de euros, às pessoas que têm apoios sociais? Verifiquei com estepefação que o Governo não respondeu, o Primeiro-Ministro disse que em setembro logo se vê”, afirmou.

O Presidente do PSD lamenta que António Costa prefira “divertir-se na retórica” e reafirma que o “que interessa à vida dos portugueses é saber se vai haver médicos de família para 1,3 milhões de portugueses que não têm médico de família, se vai haver reforço do SNS para que não encerrem urgências, se vai haver professores para os alunos, se o Estado vai devolver aos mais vulneráveis os mais de 3 mil milhões de euros de impostos que vai cobrar”.

Durante mais de quatro horas, o Primeiro-Ministro optou por não responder aos 17 pedidos de esclarecimento dos deputados, adiou para mais tarde apoios para as famílias, instituições e empresas, apesar de ter acabado por admitir que Portugal está pior do que há um ano.

# GOVERNO MOSTRA “INSENSIBILIDADE” NAS QUESTÕES DE SEGURANÇA



O vice-Presidente do PSD, Paulo Cunha, acusa o Governo de “falta de humildade” e “insensibilidade” quando se fala de segurança. Paulo Cunha acusou ainda o Governo de “simplificar o que é complexo e banalizar o que é relevante”.

“Este Governo foi descuidado e irresponsável na forma como tratou desta matéria”, acrescentou.

Em conferência de imprensa na sede distrital do PSD/Porto, na segunda-feira, 25 de julho, Paulo Cunha sublinhou que o PSD está “preocupado”, sobretudo porque a suspensão temporária do atendimento na 9.ª Esquadra da PSP no Porto, na zona do Infante, é, à semelhança da extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), “mais um episódio” que contribui para a perceção de insegurança dos portugueses. “Episódios como os dos tempos recentes agudizam a sensação de insegurança”, observou, sublinhando que este é mais um “episódio lamentável” que merece a reprovação do PSD.

Para Paulo Cunha, a suspensão temporária da esquadra do Porto reflete a “tremenda insensibilidade” e a “falta de humildade” do Governo em relação à segurança interna do país. “É suposto haver um pouco mais de

humildade e reconhecer que o Governo falhou, como lamentavelmente tem falhado noutras situações”, notou, culpando ainda o Executivo de “desinvestimento” neste setor.

Lembrando que o Governo está há “sete anos em exercício e não apenas há meia dúzia de dias”, o vice-Presidente social-democrata destacou ainda o “casuísmo” e “descoordenação” dos governantes. “O Governo apregoa que está próximo das autarquias, que as ausculta antes de tomar decisão e não foi capaz de informar o autarca do Porto dando nota da situação”, lamentou.

O PSD vai apresentar um requerimento para a audição do ministro da Administração Interna a propósito do encerramento da esquadra do Porto.

“O grupo parlamentar do PSD apresentará de imediato um requerimento para convocar o ministro da Administração Interna [José Luis Carneiro] ao Parlamento, não só para partilhar com os parlamentares as causas que estão relacionadas com este episódio e outros, mas sobretudo para deixar uma garantia aos portugueses que estes fenómenos não se repetirão”, anunciou Paulo Cunha.

## “GOVERNO TEM MALTRATADO OS AUTARCAS”

Os autarcas do Partido Social Democrata no Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses acusam o Governo de maltratar “as autarquias e os autarcas”, ao ponto de “ignorar todos os alertas e reivindicações que lhe têm sido transmitidos”.

Em comunicado, os autarcas afirmam que “nem no nível de ambição e muito menos na forma como tem sido concretizada”, a descentralização do Governo é aquela que o PSD defende para o País.

“Mesmo sem ter feito o ‘trabalho de casa’, o Governo impôs prazos e delegou, impondo responsabilidades, em particular nas áreas da Educação e da Saúde, facto que tem causado graves prejuízos a todas as autarquias do Continente”, apontam.

Para os autarcas do PSD na ANMP, “a descentralização de competências do Governo nas autarquias sempre foi, e será um objetivo que deve ser concretizado com a maior brevidade, em todas as áreas que o Governo elencou como possível e nas outras que o PSD considera ser de ampliar e aprofundar”.

Dizem ainda que na educação, o acordo entre o Governo e os municípios “representa uma perda relativamente a outros processos já anteriormente efetuados, particularmente o de 2015, no Governo liderado pelo PSD, ao qual algumas autarquias aderiram e que agora veem nesta proposta um retrocesso, porque as competências delegadas são menos amplas, refletindo menor ambição”.

“Atendendo a que o acordo só vigorará para 2023, quem compensa as autarquias das despesas de 2022 que não estão cobertas pelo mesmo? É fundamental operacionalizar o artigo 89.º da Lei do Orçamento do Estado de 2022 para corrigir os montantes definidos; falta tratar muitos outros temas, tais como: ação so-



cial, vias rodoviárias, orla costeira, zonas portuárias, imóveis do Estado, bombeiros e proteção civil, cultura; particularmente, a área da ação social deve merecer prioridade máxima, pois está previsto que o prazo limite para assumir as competências seja até 31 de dezembro de 2022”, destacam.

Face a este quadro, “dado que o PSD é um partido com responsabilidade no quadro político nacional, os seus autarcas no Conselho Geral da ANMP declaram dar condicionalmente o assentimento a este acordo, corrigido com as várias propostas de alteração apresentadas e com as ressalvas e alertas constantes desta declaração de voto, que sublinha a necessidade de prosseguir o caminho da descentralização, mas de forma muito mais ambiciosa, rápida e justa”.

### COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL APROVA NOVOS SECRETÁRIOS- GERAIS ADJUNTOS

A Comissão Política Nacional aprovou, por unanimidade, e por proposta do Secretário-Geral, os nomes dos dois Secretários-Gerais Adjuntos do PSD: **Ricardo Carvalho** e **Paulo Cavaleiro**.

Irão coadjuvar o Secretário-Geral, **Hugo Soares**, no exercício das suas competências.

Foi ainda aprovada como Diretora do “Povo Livre”, o órgão oficial do PSD, **Emília Santos**.

# PSD QUER EXPLICAÇÕES DA PRESIDENTE DO IEFP

O PSD quer saber que diligências foram tomadas pelo Governo face às notícias de que a presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Adelaide Franco, poderá ter recebido indevidamente subsídio de desemprego.

“Que diligências foram tomadas pelo Governo, ou por outros órgãos com responsabilidades nesta matéria, com vista ao apuramento dos factos e eventuais responsabilidades”, lê-se numa pergunta entregue no Parlamento pelo PSD, dirigida à ministra do Trabalho, Solidariedade e segurança Social, Ana Mendes Godinho.

Nesta pergunta, um grupo de deputados sociais-democratas, encabeçado por Clara Marques Mendes, defende que o IEFP “tem de registar uma elevação ética sem mácula e uma estrita observância das disposições legais em vigor”, tendo em conta e os “elevados montantes nacionais e comunitários” que movimenta e a sua “enorme relevância no mercado de trabalho nacional”.

Os sociais-democratas referem que, “de acordo com as notícias veiculadas pela comunicação social, a senhora presidente do conselho diretivo do IEFP poderá ter recebido prestações sociais indevidas, designadamente de subsídio de desemprego”.

“Esta situação, a ser verdade, é de enorme gravidade, desde logo porque está em causa um titular de cargo público, com responsabilidades executivas num instituto com competências e atribuição em matéria de emprego”, consideram os deputados do PSD.



Segundo os sociais-democratas, “a bem da salvaguarda do bom nome da instituição e da sua atual presidente, importa um cabal esclarecimento que a tutela deve prestar”.

Subscvem esta pergunta dirigida à ministra do Trabalho, além de Clara Marques Mendes, os deputados do PSD Nuno Carvalho, Helga Correia, Fernando Negro, Mónica Quintela e Fátima Ramos, entre outros.

Maria Adelaide Franco foi nomeada, em regime de substituição, para o cargo de presidente do conselho

diretivo do IEFP, em despacho de maio deste ano, assinado pelo secretário de Estado do Trabalho, Miguel Fontes. O Jornal de Negócios noticiou que o “percurso da presidente do IEFP levanta dúvidas legais”, porque, “ao contrário do que indica o despacho de nomeação, Adelaide Franco recebeu subsídio de desemprego quando foi dispensada da empresa que fundou – a MindsetPlus – “e que a voltou a contratar”. No dia 21 de julho, o jornal “Público” divulgou que o Instituto da Segurança Social “está a verificar a atribuição de subsídio de desemprego” à atual presidente do IEFP.

# PSD QUER APRECIÇÃO PARLAMENTAR DE DECRETO-LEI QUE PRORROGA PRAZO PARA MUNICÍPIOS REVEREM PLANOS TERRITORIAIS

O PSD pediu, dia 22, uma apreciação parlamentar do decreto-lei que prorroga os prazos para os municípios incluírem nos seus planos as regras de classificação do solo, considerando que as alterações são insuficientes e não corrigem incumprimentos do Governo.

Em comunicado, o PSD indica que apresentou “um pedido de apreciação parlamentar do Decreto-Lei do governo que altera o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial” e prorroga até 31 de dezembro de 2023 “o prazo para incluir nos planos municipais e intermunicipais as regras de classificação e qualificação dos solos”.

Um pedido de apreciação parlamentar é uma forma de os deputados tentarem fazer cessar a vigência ou a alteração de um decreto-lei do Governo.

No comunicado divulgado, os sociais-democratas consideram que “as alterações apresentadas” pelo executivo com o decreto-lei em questão “não só não são suficientes, como não corrigem o incumprimento em que o Governo se encontra”.

Para o PSD, o Governo “pretende que os municípios façam a revisão dos seus Planos Diretor Municipal, sob



pena de deixarem de ter acesso aos fundos comunitários”.

“Contudo, para que lhes seja aprovada a revisão dos Planos Diretor Municipal, os municípios têm de cumprir os planos de âmbito regional e nacional, que são da responsabilidade do Governo e que, em muitas regiões, não só não estão atuais, como não foram adaptados a programa nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial”, lê-se na nota.

Os deputados sociais-democratas defendem assim que “é no mínimo controverso que o Governo, que tem que dar o exemplo, falhe reiteradamente na revisão e adequação dos planos de âmbito nacional e regional ao regime jurídico em vigor”.

O comunicado divulgado pelo PSD surge depois de, em 9 de junho, os sociais-democratas terem apresentado um projeto-lei que propunha a prorrogação, até 31 de agosto de 2023, do prazo para as autarquias apresentarem as revisões dos planos em questão, impedindo que os municípios que não finalizassem os documentos fossem excluídos do acesso a fundos comunitários.

# ABERTURA DE CONCURSO PARA NOVA ESCOLA, AEROGARE E QUARTEL DE BOMBEIROS

A Câmara de Cascais aprovou, dia 19, a abertura de concursos públicos para a construção de uma escola secundária, de uma aerogare e de um quartel de bombeiros no Aeródromo de Tires, num investimento global de 30 milhões de euros.

A abertura do procedimento concursal para estas empreitadas foi aprovada esta tarde na reunião do executivo municipal de Cascais (distrito de Lisboa), presidido por Carlos Carreiras (PSD).

Um dos concursos, aprovado por unanimidade, diz respeito à construção da nova Escola Secundária de Cascais, orçada em cerca de 26 milhões de euros, e que deverá estar concluída em 2025, segundo disse à agência Lusa o presidente da Câmara Municipal, Carlos Carreiras.

“A atual Escola Secundária de Cascais está provisória há 50 anos e nunca teve nenhuma intervenção de fundo. Portanto, tem-se vindo a deteriorar e está em condições muito periclitantes. Ou seja, há muito tempo que era preciso uma nova escola construída”, apontou.

A autarquia estima que as obras possam ter início no final do primeiro trimestre de 2023, tendo um prazo de execução de dois anos.

Numa segunda fase, com cerca de ano e meio de duração, será demolida a escola existente, construído um pavilhão desportivo e feitos arranjos exteriores.

O autarca social-democrata referiu que a construção deste equipamento não está inscrita na lista do Governo para apoio financeiro no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), mas diz acreditar que se trata de um “lapso” da tutela.

“É um passo muito decisivo para ter uma nova escola secundária, independentemente de o Governo na listagem, certamente por lapso, não ter colocado a escola secundária como uma a ser apoiada pelo PRR, mas ainda assim nós estamos a avançar, porque certamente o Governo irá corrigir esse lapso”, apontou.

O executivo de Cascais aprovou também, por maioria, a abertura do concurso pú-



blico internacional para a construção da aerogare no aeródromo de Tires, com um preço base de quatro milhões de euros.

Segundo explicou Carlos Carreiras, a reformulação das atuais infraestruturas vai permitir “receber um maior número de ligações aéreas e todo o tráfego aéreo executivo”, constituindo um apoio ao Aeroporto de Lisboa.

“Nós aumentamos a capacidade do aeroporto de Cascais para voos de aviação executiva e com isso beneficiar a Portela (Aeroporto de Lisboa), como sabemos está muito congestionada. Dizem-me os técnicos que poderá provocar um acréscimo de 5 a 7% nos voos comerciais da Portela, tirando de lá a aviação executiva”, apontou o autarca social-democrata.

## HABITAÇÃO SOCIAL

# CÂMARA DA MAIA APROVA CONTRATO-PROGRAMA COM ESPAÇO MUNICIPAL

A câmara da Maia aprovou por unanimidade o contrato-programa para o ano de 2022 com a empresa municipal de gere a habitação social do município que prevê um investimento de cerca de 850 mil euros.

A decisão, tomada ao final da tarde de hoje em reunião extraordinária do executivo daquela autarquia do distrito do Porto, responde, segundo o texto do contrato-programa a que a Lusa teve acesso, às “novas exigências em termos de manutenção e conservação do parque habitacional, a que se somam as novas responsabilidades inscritas no objeto social da empresa correspondentes à delegação de competências por parte do Município da Maia visando a promoção de nova habitação social”.

A Espaço Municipal foi mandatada pelo executivo, na segunda-feira, para “desenvolver todas as iniciativas com vista a construção de 757 fogos habitacionais ao longo dos próximos



cinco anos”, segundo o Presidente da autarquia, António Silva Tiago.

Segundo referiu o autarca, aquela empresa municipal ficou responsável “por

todo o processo, desde elaboração de propostas, lançamento de concursos públicos a adjudicação de obras” para aquele fim.

O objetivo da autarquia é “aumentar a oferta de habitação social” no concelho, pelo que, além da criação daqueles 757 fogos, o município vai investir sete milhões de euros numa oferta pública para aquisição de 60 imóveis.

“Isto vai ser feito de forma faseada. Para já vamos lançar a compra de dez habitações, com tipologias e preços máximos previstos na lei. Tanto podem ser casas novas como para reabilitar. Este faseamento também é para que o mercado se ajuste a este tipo de procura que obedece a regras específicas”, apontou Silva Tiago.

Segundo consta na proposta aprovada pelo executivo segunda-feira, a que a Lusa teve acesso, a autarquia vai investir 7.128.332, 08 milhões de euros na compra destas 60 habitações, sendo que a primeira fase, aprovada hoje pelo executivo, corresponde a um investimento de 1.577.737,5 milhões de euros.

# UISEU NOTIFICA INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E BANCÁRIAS PARA REQUALIFICAREM EDIFÍCIOS



Estão a ser notificadas as instituições públicas e bancárias de Viseu, para requalificarem os seus edifícios e serem um exemplo para os privados, que serão “aliciados” para fazerem o mesmo.

“Fizemos um ofício para quem ocupa instalações bancárias e instalações públicas para que requalifiquem os seus edifícios. Querem um exemplo mais flagrante? A parede do edifício do MAS. Há alguma razão para aquele edifício ter uma parede toda grafitada?”, divulgou Fernando Ruas.

Conhecido em Viseu por prédio alto, uma vez que é o imóvel mais alto da cidade, o MAS e alberga a Segurança Social, num dos lados e, do outro, várias unidades de Saúde Familiar, assim como a Unidade de Saúde Pública.

“Queremos aliciar os privados a fazerem isso ao seu património, mas temos de dar o exemplo e o exemplo melhor são as instituições, sejam as públicas ou as bancárias”, sustentou o autarca, que se lembrou desta medida depois da notificação de uma entidade bancária.

No entender do autarca, “não há nenhuma razão para um banco não ter a sua

sede, as suas instalações devidamente requalificadas”.

Na reunião camarária de 21 de julho, foi também aprovada a “proposta final” do Plano Diretor Municipal (PDM), depois de a primeira versão ter sido aprovada em 3 de fevereiro e de ter ido à consulta obrigatória a nove instituições públicas.

“Agora vai para discussão pública já hoje e durante 45 dias úteis, ou seja, até meados de outubro” estará disponível para consulta, explicou Fernando Ruas, que disse existir em cada uma das freguesias, e em formato de papel as alterações para consulta.

Fernando Ruas disse referiu que, além do formato em papel da freguesia respetiva, as pessoas “terão também em suporte digital o restante concelho, até para precaver a situação de um ou outro cidadão que tenha interesses também noutras freguesias e assim poder consultar”.

“As restantes freguesias são em formato digital, porque não era prático o suporte de papel de todo o concelho em todas as freguesias, mas os cidadãos poderão consultar todo o município” na sua freguesia, precisou o autarca.

## LISBOA

# RESIDENTES COM MAIS DE 65 ANOS JÁ TÊM TRANSPORTES GRATUITOS

Os residentes em Lisboa com idade igual ou superior a 65 anos podem, desde segunda-feira, deslocar-se gratuitamente nos transportes públicos. Os estudantes, até aos 23 anos, vão poder fazê-lo a partir de setembro, informou a Câmara.

Numa nota divulgada na sua página na Internet, o município, liderado por Carlos Moedas, sublinha que o objetivo é incentivar o recurso ao transporte público.

O autarca tinha referido já em maio que a gratuidade aplicada aos idosos deveria aplicar-se no verão. “Os transportes públicos gratuitos são uma das principais medidas a implementar em Lisboa, com o objetivo de incentivar o recurso ao transporte público a todos os residentes em Lisboa, com idade igual ou superior a 65 anos; jovens com idade compreendida entre os 13 e 23 anos; estudantes do ensino superior até aos 23 anos. No caso de estudantes do ensino superior inscritos nos cursos de Medicina e Arquitetura, até aos 24 anos, inclusive”, é referido na nota.

A autarquia lembra que esta medida se insere “nas metas da sustentabilidade ambiental, no combate às alterações climáticas e na melhoria da mobilidade das pessoas, através da promoção de uma mobilidade eficiente, económica e ambientalmente sustentável”.

Em 21 de abril, a Câmara de Lisboa aprovou, por unanimidade, a proposta de transportes públicos gratuitos na cidade, que previa um acordo entre o município e a empresa Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML), válido até 31 de dezembro de 2025.

A proposta estabeleceu a gratuidade para jovens entre os 13 e os 18 anos, estudantes do ensino superior até aos 23 anos, incluindo a exceção dos inscritos nos cursos de Medicina e Arquitetura (até aos 24 anos), e para maiores de 65 anos, em que o requisito comum para todos é terem residência fiscal no concelho.

Desde 2017, as crianças até aos 12 anos já beneficiam de transportes públicos gratuitos em Lisboa nas redes do Metropolitano e da rodoviária Carris.



A assinatura do protocolo entre a Câmara de Lisboa e a Transportes Metropolitanos de Lisboa, a nova empresa que gere os transportes na área metropolitana, foi assinado em 27 de maio no Museu da Carris, em Lisboa. A medida deve custar à cidade quase 15 milhões de euros.

Na altura, o presidente da Câmara de Lisboa, Carlos Moedas, sublinhou que “Lisboa é a primeira grande capital da Europa a tomar esta medida” e que esta “será também uma maneira de influenciar outras cidades e outros países” a perceber que “este é o caminho”.

# NOVA ESQUADRA DA PSP NO MONTIJO ESTÁ AINDA NO PAPEL

O PSD de Montijo volta a alertar para a “falta de condições de trabalho dos agentes da PSP do Montijo”.

Em comunicado, a Comissão Política do PSD do Montijo recorda que há “mais de uma década que se promete a construção de uma nova esquadra para a PSP do Montijo, mas face à inoperância do Governo Socialista e a cumplicidade da Câmara Municipal, que numa atitude subserviente nada faz, a esquadra não é mais do que uma promessa de papel por cumprir”.

A Secção do PSD, presidida por José Afonso, alerta que a esquadra atual tem carências de “quase tudo, computadores, impressoras, viaturas e ar condicionado”.

“Repare-se que, desde o ano passado, que se investiu na aquisição de aparelhos de ar condicionado, mas os mesmos aguardam ligação simplesmente por não ter sido instalado um novo quadro elétrico, que custa cerca de mil euros, capaz de suportar a ligação dos aparelhos de ar-condicionado. No edifício vive-se um ambiente tórrido de calor e de humidade que coloca em causa o trabalho dos agentes e a sua saúde”, aponta o PSD/Montijo.

Além disso, o sistema informático encontra-se obsoleto, faltam equipamentos, “o que coloca em causa a produtividade e celeridade do trabalho da PSP”.

“As viaturas estão velhas muitas delas com centenas de milhares de quilómetros facto que diminui a operacionalidade da PSP, designadamente o patrulhamento, enquanto isso a câmara socialista comprou viaturas novas para os vereadores e Presidente de Câmara, uma vergonha”, acusa o PSD/Montijo.

O PSD local acusa a Câmara de ser não só “incompetente” como também “se tornou um albergue de interesse pessoais e clientelares esquecendo, quase por completo, o interesse público e neste caso a segurança pública”.



“O PS do Montijo ajoelha-se perante o Governo, esquecendo a defesa dos montijenses. Um agente da PSP, ao ingressar na instituição ganha cerca de 800 euros. Se não lhes pagamos o valor adequado pelo menos que lhes sejam concedidas condições de trabalho. É o mínimo. Sob liderança a nossa liderança municipal iremos reequipar a PSP e GNR e não descasaremos enquanto a nova esquadra da PSP não estiver construída”, conclui o PSD/Montijo.

# SABUGAL APROVA PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA ÁGUA EM SITUAÇÕES DE SECA EXTREMA

O município do Sabugal aprovou a revisão do plano de contingência para água em situações de seca extrema, para “ajudar a controlar situações de emergência e minorar as respetivas consequências negativas”.

O Plano de Contingência para Água em Situações de Seca Agrometeorológica Extrema do Concelho do Sabugal, no distrito da Guarda, foi aprovado na última reunião do executivo municipal presidido por Vítor Proença.

Segundo o município situado junto da fronteira com Espanha, o documento está consolidado em três pilares: prevenção, monitorização e contingência.

O referido plano visa “estruturar uma rede de abastecimento de água secundária para fins de apoio à atividade agropecuária em cenários de seca, bem como à rede logística de combate a incêndios florestais, nomeadamente através do aproveitamento de antigas infraestruturas de captação e disponibilização de água e de instalação de novos pontos de abastecimento”.

“Neste âmbito, e tendo em conta a necessidade de promover o uso eficiente dos recursos hídricos disponíveis, vai decorrer um conjunto de ações/formações para a população em geral e para os agricultores em particular, fundamentadas no plano e promovidas pela comissão constituída para o efeito, que já reuniu com o objetivo de apresentar em breve o respetivo programa, onde consta um guia de boas práticas”, referiu a autarquia do Sabugal, em comunicado hoje divulgado.



O presidente da Câmara Municipal, Vítor Proença, adiantou que o Plano de Contingência para Água em Situações de Seca Agrometeorológica Extrema do Concelho do Sabugal vai ser apresentado à tutela, “porque a Câmara não tem capacidade de o executar”.

O responsável também admitiu convidar outros municípios vizinhos, como por exemplo o de Almeida, para que os projetos de criação de novas reservas de água possam ser candidatados a fundos comunitários.

Em relação ao abastecimento público de água, o autarca referiu que a barragem do Sabugal “está com 60% de capacidade”.

No entanto, como o maior consumo de água ocorrerá em agosto, com a presença dos emigrantes no território, os serviços municipais estarão “muito atentos” à situação.

A autarquia também vai avançar com uma “campanha de sensibilização muito forte” no sentido de “haver contenção na utilização da água”.

Mais de um quarto do território do continente estava no final de junho em seca extrema (28,4%), verificando-se um agravamento em particular na região Sul e em alguns locais do interior Norte e Centro, segundo o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA). O restante território estava em seca severa (67,9%) e seca moderada (3,7%).

# CÂMARA DO FUNCHAL APROVA AQUISIÇÃO DE TRÊS VIATURAS PARA OS BOMBEIROS



A Câmara Municipal do Funchal aprovou a atribuição de um “apoio em alimentação” à Associação de Bombeiros Voluntários Madeirenses e a aquisição de três viaturas para o Departamento de Ambiente e Salubridade, indicou o presidente da autarquia.

Pedro Calado esclareceu que o apoio à associação de bombeiros é “equivalente ao subsídio de alimentação” e vigora durante o período de verão, em que o risco da ocorrência de incêndios é acrescido.

O autarca social-democrata, eleito pela coligação “Funchal Sempre à Frente” (PSD/CDS-PP), disse, por outro lado, que as três viaturas para o Departamento de Ambiente e Salubridade se destinam à lavagem de arruamentos e túneis e representam um investimento de 500 mil euros.

Estas medidas foram aprovadas na reunião do executivo camarário, composto por seis elementos do PSD/CDS-PP e cinco da coligação Confiança (PS/BE/PAN/MPT/PDR), na qual foi também aprovado um “processo de renovação de ramais de água potável”, para controlar as fugas e desperdícios hídricos.

“Trata-se de uma obra importante no valor de 1,3 milhões de euros”, disse Pedro Calado, adiantando que cinco empresas passaram à fase final e que o início da empreitada está previsto para novembro.

Na reunião de 21 de julho foi ainda aprovada a atribuição de benefícios fiscais a três entidades que estão a recuperar edifícios degradados. O autarca indicou ainda que a Câmara Municipal procedeu, em parceria com a Associação Protetora dos Pobres, à reabilitação de uma moradia para acolher pessoas em situação de sem-abrigo.

“A ideia é tirá-los da rua, pô-los a dormir num espaço digno e pô-los a trabalhar na Câmara Municipal do Funchal, com o objetivo de conseguir a reabilitação social destas pessoas”, precisou.

# PSD/MADEIRA QUER VENCER O SOCIALISMO EM 2023

Miguel Albuquerque, líder do PSD/Madeira, declarou que o desafio do próximo ano é “vencer o socialismo” de Lisboa, perspetivando que o PSD vai voltar a ganhar as eleições nacionais e regionais.

“Está tudo conjugado para o próximo ano ser de emoções, com luta, combate político”, afirmou o Presidente dos sociais-democratas discursava na Festa Anual do PSD/Madeira, domingo, na Herdade do Chão da Lagoa, nos arredores do Funchal, o maior evento partidário da região, que voltou a realizar-se depois de dois anos de interregno devido à pandemia da covid-19, e contou com a presença do líder nacional, Luís Montenegro.

O também Presidente do executivo insular apontou: “No próximo ano o desafio de vencer o socialismo, o colonialismo”, vincando, intercalado por gritos de “vitória” dos militantes, que na Madeira “não há nenhuma mudança”.

“Há 44 anos que o quadro político na Madeira está muito bem clarificado: de um lado os autonomistas e, do outro, os socialistas ao serviço do centralismo de Lisboa”, declarou.

Para Miguel Albuquerque, “os socialistas não estão habilitados para governar” e têm atuado para “conduzir a população à pobreza”, apontando que “o seu lugar é na oposição, onde devem continuar”.

Também indicou que o “compromisso ético” do PSD é tornar a Madeira uma das regiões “mais desenvolvidas e cosmopolitas” da Europa.

Enfatizou que, depois de uma crise de dois anos, a economia regional está “em pleno desenvolvimento” e a situação voltou à normalidade, sublinhando que “a palavra impossível não existe para o PSD/Madeira”.

Dirigindo-se ao líder nacional do partido, Miguel Albuquerque considerou que a Madeira pretende ser “determinante” para “ganhar as próximas legislativas e Luís Montenegro ser o Primeiro-Ministro” de Portugal.

“Conosco não há meias tintas. Não há conversa fiada. Sabemos quem é o nosso adversário”, disse, complementando que “a luta política é para ser concretizada” e a meta é “vencer os socialistas, colonialista na Madeira e dar a primeira vitória a Luis Montenegro para governar com maioria absoluta”.

O líder social-democrata madeirense realçou que o partido “continuará em unidade ao serviço da Madeira”, defendendo ser necessário “olhar para o horizonte” para deixar um futuro melhor para as próximas gerações e “honrar os seus avós que foram tão vilipendiados



dos pelo centralismo”.

“Nunca aceitaremos que queiram mandar na nossa terra. Quem manda na Madeira são os madeirenses e porto-santenses”, destacou, observando que o desenvolvimento da região e aprofundamento da autonomia são “a melhor forma de realizar Portugal no Atlântico”.

## GOVERNO DE COLIGAÇÃO TEM DETERMINAÇÃO

“É no período das dificuldades que se vê quem sabe governar”, afirmou Miguel Albuquerque, dia 22, no encerramento das Jornadas Parlamentares PSD-CDS/PP, onde sublinhou que a Madeira enfrentou, com a pandemia de covid-19, uma das maiores, senão a maior, crise da sua história.

O líder social-democrata regional realçou que, em 2021, tivemos uma crise de saúde pública, social e económica, que fez o nosso PIB cair quase para 9%, lembrando que, na crise de 2009, essa descida ficou-se pelos 4%.

Ainda assim, a Região conseguiu ultrapassar esse período mais difícil: “Desbloqueámos apoios multifacetados na área social, na área da saúde. Mobilizámos os profissionais, mobilizámos a população e soubemos, sobretudo, transmitir uma imagem de confiança aos agentes económicos e aos empresários”.

Neste momento, reforçou, assistimos à retoma económica e a forma ela aconteceu na Madeira é extraordinária, mas não foi por acaso. “Aconteceu porque nós estimulámos e promovemos as políticas necessárias”, disse.

Reconhecendo que para gerir um Governo de coligação é necessário haver confiança, reciprocidade e, sobretudo, compreensão, Miguel Albuquerque referiu que isso tem existido, quer no quadro parlamentar, quer no quadro governativo.

E, numa altura de maiores dificuldades, a coligação, ficou ainda mais coesa. “Governar quando está tudo a correr bem é fácil. Nas dificuldades é que se vê quem é que tem fibra, garra e quem tem determinação para governar bem. Nós fizemo-lo e ultrapassámos esta crise monumental que atingiu a nossa sociedade”.

Olhando para o futuro, assumiu como principal desafio as eleições do próximo ano, considerando ser fundamental manter unidade na ação e a confiança mútua, tanto ao nível governativo como parlamentar, e o combate sem tréguas à oposição, cujo trabalho tem sido o de “difundir mentiras” sobre a atuação do governo regional.

# CENTRO DE SAÚDE DE VELAS EM SÃO JORGE VAI SER AMPLIADO

O Centro de Saúde de Velas, na ilha de São Jorge, vai ser ampliado a partir de um imóvel que será cedido pela autarquia, anunciou, dia 21 de julho, o executivo açoriano, que pretende incluir no Programa Operacional 2030 o financiamento desta obra.

“Vamos ampliar o centro de saúde com um polo que valoriza a oferta de cuidados. É uma valência a acrescentar ao atual centro de saúde para incluir no Programa Operacional [PO] 2030”, disse o Presidente do executivo de coligação PSD/CDS-PP/PPM, em declarações aos jornalistas após uma reunião com o presidente da Câmara de Velas, no âmbito da visita estatutária à ilha de São Jorge, que começou na quarta-feira e se prolonga até sexta-feira.

José Manuel Bolieiro esclareceu que o terreno, “que é propriedade do município, será cedido à região e candidatado a fundos europeus”.

Já o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) vai ser usado “para resolver, em breve, a adjudicação da transversal Urzelina/Santo António”.

O chefe do Governo referiu estar em causa uma garantia de “fluidez no tráfego terrestre, de interesse para toda a ilha”.

“É mais um dito e feito”, destacou, referindo-se a promessas cumpridas pelo atual executivo.

Na área da habitação, “ficou resolvida a limpeza e melhoria das condições do loteamento dos Casteletes, para garantir mais oferta habitacional”.

Ainda na Saúde, José Manuel Bolieiro sublinhou que o Governo “resolveu um problema herdado e que parecia não ter fim”.



“Desbloqueámos as obras no Centro de Saúde das Velas, elas estão em curso e antecipamos que o termo da obra será mais cedo do que previsto”, observou.

O governante manifestou “satisfação de passar das palavras aos atos”, também quanto a outras “reivindicações muito antigas” da ilha de São Jorge.

Em maio, Bolieiro anunciou um aumento das ligações marítimas e aéreas à ilha de São Jorge durante a época alta, incluindo um reforço de voos com São Miguel e Terceira.

Assim, a empresa pública de transporte marítimo Atlanticoline sedeou um “ferry” durante três noites

nas Velas, criando uma ligação entre aquela vila jorgense e o concelho de São Roque do Pico.

Quanto às ligações aéreas, foi anunciado um aumento “em mais de 50% da oferta de lugares e frequências da SATA para São Jorge, quer da ligação Ponta Delgada/São Jorge, quer da ligação Lajes/São Jorge”.

Segundo o Estatuto Político-Administrativo dos Açores, o Governo Regional tem de visitar cada uma das ilhas do arquipélago sem departamentos governamentais (seis) pelo menos uma vez por ano, com a obrigação de reunir o Conselho do Governo na ilha visitada.

# GOVERNO DOS AÇORES ASSEGURA PAGAMENTO DE APOIO A LIQUIDEZ DE EMPRESÁRIOS

O Presidente do Governo Regional dos Açores garantiu que em breve vão ser feitos os pagamentos do programa Apoiar.PT, de apoio à liquidez das empresas, nomeadamente para as da ilha de São Jorge afetadas pela crise sismovulcânica.

“Até ao fim desta semana ou, o mais tardar, no início da próxima, asseguramos o pagamento do Apoiar.PT”, disse José Manuel Bolieiro, chefe do executivo de coligação PSD/CDS-PP/PPM, no fim de uma reunião com o presidente da Câmara da Calheta.

Bolieiro frisou ainda que o turismo naquela ilha está “com números fantásticos, iguais ou superiores aos de 2019 [pré-pandemia covid-19 e antes de começar a crise sismovulcânica, a 19 de março deste ano].

O Governo dos Açores iniciou, dia 20, a segunda visita estatutária desta legislatura à ilha de São Jorge onde, desde 19 de março até segunda-feira, o Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores (CIVISA) registou 303 os abalos percecionados pela população e 43.593 registados.

“Quero que saibam os empresários: este Governo é solidário com a perda de rendimento perante esta surpresa que foi a crise sismovulcânica, mas o que temos é que números do turismo são fantásticos, iguais ou superiores a 2019”, disse, depois de questionado sobre o recurso ao ‘voucher’ de 30 euros, criado pelo executivo para



incentivar as visitas à ilha de São Jorge, depois do início da crise sismovulcânica.

Em abril, Bolieiro revelou a intenção de criar “especificidades” no programa Apoiar.PT, de apoio à liquidez das empresas, para agilizar compensações financeiras aos empresários de São Jorge afetados pela crise sismovulcânica.

O chefe do executivo açoriano sublinhou, então, que “tudo o que diga respeito ao Apoiar.PT” para “os empresários de São Jorge vai ser uma espécie de via verde e de ajuda à liquidez imediata”.

O Programa Apoiar.PT Açores é um extenso programa regional de apoio ao setor empresarial, através da compensação das quebras de faturação resultantes da pandemia de covid-19, destinado a micro, pequenas e médias empresas (PME) com sede nos Açores e cofinanciado através do instrumento comunitário REACT-EU.

Em 8 de junho, o CIVISA baixou o nível de alerta na ilha de São Jorge de V4 (ameaça de erupção) para V3 (sistema ativo sem iminência de erupção). A ilha estava desde 23 de março, às 15:30 (mais uma hora em Lisboa), com o nível de alerta vulcânico V4 de um total de sete, em que V0 significa “estado de repouso” e V6 “erupção em curso”, na sequência da crise sismovulcânica registada desde 19 de março. O sismo de maior magnitude (3,8 na escala de Richter) desta crise ocorreu no dia 29 de março, às 21:56.

# NOVO MOLHE DO PORTO DAS LAJES DAS FLORES TRIPLICA CAPACIDADE



O projeto de reordenamento e de construção do novo molhe principal do porto das Lajes das Flores, nos Açores, permitirá triplicar a capacidade de acostagem e assegurar novas condições de operacionalidade, anunciou o Governo Regional.

O molhe do porto das Flores, o único porto comercial da ilha, ficou destruído na sequência da passagem do furacão Lorenzo, em outubro de 2019, originando constrangimentos no abastecimento à população.

O projeto detalhado do novo molhe principal do porto das Flores foi apresentado na terça-feira, 19 de julho, no auditório do Museu das Lajes.

Na ocasião, a secretária regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas sublinhou que se trata da “obra mais importante deste Governo”.

“Esta é uma ideia e um compromisso que quero passar: esta obra é tão importante para os florentinos como para todos os Açores”, realçou Berta Cabral, citada numa nota divulgada no sítio da internet do Governo Regional.

De acordo com o executivo açoriano, o projeto de reordenamento do porto e de construção do novo molhe “permitirá praticamente triplicar a capacidade de acostagem”.

Vai ainda garantir “novas e melhoradas condições de operacionalidade e um incremento substancial na capacidade de resposta de toda a infraestrutura portuária”.

O novo molhe vai manter “uma extensão de 170 metros para acostagem, reforçada com uma proteção de 100 metros”.

A nova ponte-cais oferecerá “a possibilidade de acostagem de 140 metros em ambos os lados, representando um incremento de 280 metros face ao anterior porto”.

Anteriormente “só seria possível a operação de um navio no porto”, mas com as novas funcionalidades poderão operar “três navios em simultâneo”, o que, segundo o Governo, permitirá agilizar “operações de combustível, mercadorias e passageiros”.

Na apresentação do projeto, Berta Cabral disse que foi “um dia histórico para a ilha da Flores, pois começa uma etapa decisiva para o novo porto, sustentado num conjunto de intervenções que configuram um projeto holístico” para uma infraestrutura “vital para a ilha”.

Ainda de acordo com o Governo Regional, a execução da empreitada do molhe “está prevista para o início do próximo ano, mas a ponte-cais deverá estar operacional em setembro de 2022”.

Já a nova rampa “ro-ro”, para qualquer tipo de carga que embarque e desembarque a rolar, a estimativa é que esteja disponível “em janeiro de 2023”.

## CONVOCATÓRIAS DO PSD

## RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



## DISTRITAIS

## BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos de Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais do PSD, convocam-se todos os militantes do Distrito de Braga, para as Eleições dos Órgãos Distritais a realizar no dia 10 de Setembro (sábado) de 2022, entre as 15H00 e as 19H00, em todos os locais de votação abaixo indicados, com a seguinte:

## ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Eleições dos Órgãos Distritais.

1. Mesa da Assembleia Distrital
2. Comissão Permanente Distrital
3. Conselho de Jurisdição Distrital
4. Comissão Distrital de Auditoria Financeira
5. Delegados Assembleia Distrital.

Notas: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem o substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

## LOCAIS DE VOTAÇÃO

## AMARES

Rua Francisco Bernardo Sousa Monteiro, nº 36 Ferreiros

## Braga

Largo da Senhora – A-Branca, 116

## Barcelos

Avenida Alcides de Faria, nº 270, 1º Dto.

## Cabeceiras de Basto

Rua das Pondres nº 50-R/C Esq. Quinchoso

## Celorico de Basto

Avenida Dr. Sá Carneiro, nº 77

## Esposende-

Largo Dr. Fonseca Lima, nº14 A

## Fafe

Casa do Cancelo -Rilhadas, Rua de Cancelo nº 444

## Guimarães

Largo do Toural, nº 125-1º

## Póvoa do Lanhoso

Rua Comandante Luis Pinto Silva nº 1-4º Esq.

## Terras do Bouro

Junta de Freguesia de Moimenta

## Vieira do Minho

Av. Barjona Freitas — Edif. Alto Minho.

## Vila Nova de Famalicão

Rua Adriano Pinto Basto, nº 212 — 3º Sala14

## Vila Verde

Rua 1º de Maio

## Vizela

Rua Fonseca e Castro, nº 100

## GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD convoca-se todos os militantes de capacidade ativa, para os órgãos Distritais do PSD da Guarda, para reunir em Assembleia, no dia 24 de Setembro (sábado), entre as 15H00 e as 19H00, em todas as Secções do distrito, com a seguinte:

## ORDEM DE TRABALHO

Ponto Único: Eleição para os órgãos Distritais do PSD da Guarda.

1. Eleição da Mesa da Assembleia Distrital;
2. Eleição da Comissão Permanente Distrital;
3. Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital;
4. Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira;
5. Eleição de Delegados de Secção à Assembleia Distrital.

## LOCAIS DE VOTO DAS SECÇÕES

## Aguiar da Beira

Sede do PSD, Largo dos Monumentos em Aguiar da Beira

## Almeida

Pavilhão Multiusos em Vilar Formoso, Av. Combatentes da

## Grande Guerra Colonial

## Celorico da Beira

Sede do PSD

Rua António Fernandes C. Almeida, 19 - Loja

## Figueira Castelo Rodrigo

Casa do Povo na Av. Heróis de C. Rodrigo em Figueira Castelo Rodrigo

## Fornos de Algodres

Sede do PSD, Rua Espírito Santo, nº 2.

## Gouveia

Sede do PSD, Av. 1º de Maio, 9-1º.

## Guarda

Sede Distrital PSD, Rua Marques de Pombal, nº 3-2º.

## Manteigas

Sede do PSD, Rua de São João de Deus, nº 2.

## Meda

Sede do PSD, Rua Dr. Reboredo, nº 6

## Pinhel

Sede do PSD, Rua da República, nº 103, 1º

## Sabugal

Sede do PSD, Largo da Fonte, nº 12.

## Seia

Sede do PSD, Av. 1º de Maio, nº 26.

## Trancoso

Sede do PSD, Rua da Corredoura, nº 5

## Vila Nova de Foz Côa

Sede do PSD, Praça da República, nº 25 – Edifício Sacadi

Notas: As listas de candidatura aos Órgãos Distritais deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede Distrital da Guarda.

As listas de Delegados de Secção à Assembleia Distrital deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede da Secção respetiva.

## PORTO

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes dotados de capacidade eleitoral ativa para os Órgãos Distritais do Porto, para, conforme a respetiva Secção de inscrição em que militem, reunirem em Assembleia, no dia 24 de Setembro (sábado) de 2022, pelas 15H00, em todas as Sedes de Secções do Distrito do Porto, com a seguinte:

## ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos Distritais do PSD do Porto.

1. Eleição da Mesa da Assembleia Distrital;
2. Eleição da Comissão Política Distrital – Permanente;
3. Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital;
4. Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira;
5. Eleição dos Delegados(as) de Secção à Assembleia Distrital.

Notas: A eleição decorrerá em todas as Secções do PSD do Distrito do Porto, entre as 15H00 e as 20H00.

As listas para a Mesa da Assembleia Distrital, Comissão Política Distrital Permanente, Conselho de Jurisdição Distrital e Comissão Distrital de Auditoria Financeira deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital ou a quem o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede Distrital do PSD do Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64 – Porto.

As listas de Delegados de Secção à Assembleia Distrital deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede da Secção respetiva.

## MORADAS DAS SEDES DAS SECÇÕES DO DISTRITO DO PORTO

## PSD Amarante

Edifício do Salto – Sta. Luzia

## Amarante

## PSD Baião

Rua de Camões – Campelo

## Baião

## PSD Felgueiras

Rua Luis de Camões, S/N

## Felgueiras

## PSD Gondomar

Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, 31

## Gondomar

## PSD Lousada

Rua do Tojeiro, 121

## Lousada

## PSD Maia

Rua Engº Duarte Pacheco, 987

## Maia

## PSD Marco Canaveses

Largo Sacadura Cabral, 10

## Marco de Canaveses

## PSD Matosinhos

Rua Mouzinho de Albuquerque, 98

## Matosinhos

## PSD Paços de Ferreira

Rua dos Bombeiros Voluntários, 217

## Paços de Ferreira

## PSD Paredes

Rua 1º de Dezembro

## Paredes

## PSD Penafiel

Rua Engº Matos

## Penafiel

## PSD Porto

Rua Guerra Junqueiro, 64

## Porto

## PSD Póvoa do Varzim

Praça do Almada, 7 Esc. 1

## Póvoa do Varzim

## PSD Santo Tirso

Rua José Luis Andrade, 63-1º Esq.-Sala.101

## Santo Tirso

## PSD Trofa

Rua Camilo Castelo Branco, 222

## Trofa

## PSD Valongo

Av. Rodrigues de Freitas, 870/880

## Ermesinde

## PSD Vila do Conde

Praça da República, 7

## Vila do Conde

## PSD V. N. de Gaia

Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323

## V. N. de Gaia

## SECÇÕES

## CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, e demais Regulamentos aplicáveis em vigor, designadamente o Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves para reunir no próximo dia 24 de Setembro de 2022 (sábado), pelas 15H00, na Sede local, sita na Avenida Tenente Valadim, 47 E, com a seguinte:

## ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição dos Órgãos de Secção:

1. Eleição da Mesa da Assembleia;
- 2 – Eleição da Comissão Política.

Notas: As urnas estarão abertas das 15H00 às 19H00.

As listas candidatas aos diferentes órgãos, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (2022.09.21), na Sede local que estará aberta para esse efeito das 21H00 às 24H00.

A Assembleia será realizada de acordo com as normas e recomendações sanitárias emitidas pela Direção Geral da Saúde.

## OLEIROS

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes dotados com capacidade eleitoral ativa, para reunirem em Assembleia no dia 10 de Setembro (Sábado) de 2022, pelas 17H00, na Sede Concelhia do PSD/Oleiros, sita na Praça do Município, Edifício Santa Casa da Misericórdia, 1º A 6160-409 Oleiros, com a seguinte:

## ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Mesa da Assembleia de Secção;
2. Comissão Política de Secção.

Notas: A eleição decorrerá entre as 17H00 e as 19H00.

As listas para a Mesa da Assembleia de Secção e para a Comissão Política de Secção devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa Cessante ou a quem o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede Concelhia do PSD/Oleiros, sita na Praça do Município, Edifício Santa Casa da Misericórdia 1º A 6160-409 Oleiros.

## PORTO

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes dotados de capacidade eleitoral ativa para os Órgãos da Secção do PSD do Porto, para reunirem em Assembleia, no dia 24 de Setembro (sábado) de 2022, pelas 15H00, na Sede Distrital do PSD Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64 – Porto, com a seguinte:

## ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos da Secção do PSD Porto.

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;

2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: A eleição decorrerá entre as 15H00 e as 20h00.

As listas para a Mesa da Assembleia de Secção e Comissão Política de Secção, deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital ou a quem o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede Distrital do PSD Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64 Porto.

**SANTIAGO DO CACÉM**

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Santiago do Cacém para a Assembleia de Secção a realizar no próximo dia 1 de Outubro (sábado) de 2022, na Sede do PSD de Santiago do Cacém, sita no Largo Almeida Garret, nº 1 e 2, em Santiago do Cacém, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção de Santiago do Cacém;

2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção de Santiago do Cacém;

Notas: O horário de abertura será às 14H00 e o fecho às 20H00.

A entrega das listas deverá ser feita ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

**NÚCLEOS**

**CENTRO HISTÓRICO PORTO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes do Núcleo do Centro Histórico do Porto para reunir, em sessão eletiva, no próximo dia 10 de Setembro (sábado) de 2022, entre as 15H00 e as 18H00 na Sede sita na Avenida Rodrigues de Freitas, nº 50, Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo do Centro Histórico do Porto.

Notas: Atento o disposto no artigo 4.º do Regulamento Eleitoral devem as listas concorrentes ser entregues, na Sede acima identificada, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao do ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 15H00 e as 18H00.

**JOANE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Joane para reunir no próximo dia 17 de Setembro (Sábado) de 2022, pelas 16H00, no Joannem Auditóriu (antigas instalações da junta de freguesia), sita no Largo da República, Joane, com a seguinte.

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Joane.

Notas. As urnas estarão abertas das 16H00 às 19H00.

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política do Núcleo de Joane até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

**CONVOCATÓRIAS DA JSD**

**RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: [jstdnacional@gmail.com](mailto:jstdnacional@gmail.com)



**CONSELHO DISTRITAL DE LEIRIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Distrital de Leiria, a realizar no dia 16 de Setembro de 2022, pelas 21 horas, na sede do PSD Distrital de Leiria, sito na Av. Dr. José Jardim n 32, 2400-137 Leiria, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Eleição dos delegados da JSD à Assembleia Distrital do PSD Distrital de Leiria;
- 2- Análise da situação política;
- 3- Outros Assuntos.

**COIMBRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Coimbra, para reunir no próximo dia 28 de Agosto de 2022, pelas 18 horas, na sede do PSD de Coimbra, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo 16, 3000-250 Coimbra, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD Coimbra.

Nota:

As urnas estarão abertas das 18 às 20 horas.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorrerá na sede do PSD de Coimbra, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo 16, 3000-250 Coimbra.

**BARCELOS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário concelhio de Barcelos, para dia 05 de Agosto de 2022, pelas 21:30 horas, na sede da junta de freguesia da Lama, sita na Rua Divino Salvador, 4750-510 Lama, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política local e nacional;
- 2 – Balanço de atividades;
- 3 – Debate sobre a criação de um conselho municipal do desporto;
- 4 – Outros assuntos;

**GONDOMAR**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia de Gondomar, para reunirem no dia 10 de Setembro de 2022 (Sábado) pelas 15h00, na sede do PSD de Gondomar, sita Rampa dos Combatentes da Grande Guerra no31, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia da JSD Gondomar.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao presidente da mesa da concelhia da JSD Gondomar, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao acto eleitoral. A entrega das listas decorre na sede da concelhia do PSD Gondomar, sita Rampa dos Combatentes da Grande Guerra nº.31.

As urnas estarão abertas das 15h00 até às 19h00.



**POVO LIVRE**

Informamos os nossos leitores que o “Povo Livre” interrompe para férias e regressa na primeira quarta-feira de setembro, dia 7. Boas férias!